



DINÂMICA E TENDÊNCIAS RECENTES DO TRABALHO JUVENIL NA REGIÃO NORDESTE (2012-2017)

DYNAMICS AND RECENT TRENDS OF YOUTH WORK IN BRAZILIAN NORTHEAST REGION (2012-2017)

DINÁMICA Y TENDENCIAS RECIENTES DEL TRABAJO JUVENIL EN EL NORDESTE DE BRASIL (2012-2017)

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.40-55

Evânio Mascarenhas Paulo

Doutorando em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
E-mail: evanio_paulo@hotmail.com

Christiane Luci Bezerra Alves

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA)
E-mail: chrisluci@gmail.com.br

RESUMO:

O texto analisa componentes de mercado de trabalho juvenil na região Nordeste, com um enfoque nas condições de inserção e manutenção de jovens no mercado de trabalho. Nota-se nos últimos anos que os instrumentos que determinam as decisões laborais da juventude atravessam um período de reconfiguração, o que por sua vez tem impactos importantes no processo de tomada de decisão da juventude. O banco de dados utilizado na pesquisa provém da Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua (PNAD-contínua). Os resultados mostram que os níveis de participação dos jovens no mercado de trabalho vêm diminuindo ao longo dos anos e que, de forma geral, os jovens enfrentam condições bastante precarizadas, relativa aos demais grupos do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de Trabalho; Nordeste.

ABSTRACT:

The text analyzes components of the youth labor market in the Northeast, with a focus on the their conditions of insertion and maintenance in the labor market. It is noted in recent years that the instruments that determine the decisions of youth employment traverse a period of reconfiguration, which has turn, important impacts on the process of decision making of youth. The database used in the study comes from the National Survey (PNAD). The survey results show that levels of youth participation in the labor market see decreasing over the years and young people face very precarious conditions in the labor market compared with other groups.

Keywords: Youth; Job Market; Northeast.

RESUMEN:

El texto analiza componentes de mercado de trabajo juvenil en la región Nordeste, con un enfoque en las condiciones de inserción y mantenimiento de los jóvenes en el mercado de trabajo. Se observa en los últimos años que los instrumentos que determinan las decisiones laborales de la juventud atraviesan un período de reconfiguración, lo que a su vez tiene impactos importantes en el proceso de toma de decisión de los jóvenes. La base de datos utilizada en la investigación proviene de la Encuesta Nacional (PNAD). Los resultados muestran que los niveles de participación de los jóvenes en el mercado laboral disminuyen a lo largo de los años y que, en general, los jóvenes se enfrentan a condiciones muy precarias, relativas al mercado de trabajo en su conjunto.

Palabras clave: Juventud; Mercado de Trabajo; Nordeste Brasileño.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de afirmação da autonomia pessoal e financeira, a escolha de uma vocação e a própria afirmação da sua identidade cultural, impõem aos jovens contemporâneos a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Desse modo, a juventude, vista não apenas na percepção cronológica, mas também psicossocial, corresponderia a uma fase fundamental de um processo evolutivo, no qual o indivíduo é chamado a fazer importantes escolhas pessoais que interferem e, por vezes, determinam seu papel e posição na sociedade.

Há que se reconhecer que a organização socioeconômica brasileira, somada a elementos cotidianos da vida juvenil, têm direcionado cada vez mais cedo os jovens para o mercado de trabalho, fato que gera preocupação tendo em vista os possíveis rebatimentos sobre desempenhos escolares e sobre a qualidade e condições de suas escolhas. A experiência demonstrada na literatura revela que, na maioria das vezes, esse processo conduz à inserção em postos de trabalho em caráter precoce e em padrões precários, antecipando a saída da escola, resultando em dificuldades na continuidade dos estudos, e quase sempre na interrupção completa do ciclo escolar, possivelmente comprometendo as oportunidades futuras (GONZAGA, 2011). Por outro lado, a transição para uma vida produtiva e remunerada demanda dos jovens investimentos na educação formal, na formação e qualificação profissional, prolongando a vida escolar e adiando o ingresso ao mundo do trabalho, o que provavelmente tem influência no tipo de inserção profissional, que costuma ser mais vulnerável quando o ingresso acontece precocemente sem que os ciclos de qualificação mínimos tenham sido completados, como defende Gonzaga (2011).

Adicionalmente, uma parcela significativa da juventude acaba por escapar da oferta formal de educação e emprego, alimentando um grupo que desperta especial interesse da sociologia brasileira, ao mesmo tempo que se revela uma fonte de preocupação por aqueles responsáveis pela condução de políticas sociais para a juventude, seja de cunho social ou educacional, que são os jovens que nem trabalham e nem estudam. Assim, essas variadas distinções acerca da realidade dos jovens revelam a importância e os desafios vinculados à juventude, que despertam interesse no contexto social brasileiro.

Vale ressaltar, ainda, que para a Organização Internacional do Trabalho (2009, p. 9), “a superação de todas as formas de discriminação e a promoção de modalidades de crescimento que fomentem o desenvolvimento humano e gerem trabalho decente constituem requisitos determinantes para a redução da pobreza, a autonomia das mulheres e o fortalecimento da



democracia”. Nesse rol de prioridades, em busca da eliminação de distorções no mercado de trabalho, o emprego juvenil deve fazer parte das ações de políticas públicas, seja qual for a esfera de planejamento governamental.

Neste trabalho, pretende-se resgatar a trajetória de construção de um campo de reflexão acerca da condição dos jovens no mercado de trabalho da região Nordeste, a partir dos dados da Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - contínua) para os seguintes anos selecionados: 2012, 2015 e 2017. Uma vez que se busca uma avaliação das dinâmicas recentes experimentadas, bem como traçar apontamentos sobre os dilemas da juventude, em contexto de crise e reestruturação do mercado de trabalho. É importante que se tenha como referência a urgência de estudos que busquem o entendimento das especificidades de um mercado que sofre o impacto das próprias distorções estruturais que marcam a região Nordeste, cuja leitura histórica revela a grande assimetria nos padrões de distribuição de renda e os latentes problemas socioeconômicos, configurando-se como a segunda região mais populosa do país e que concentra o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza.

Além disso, são históricas as assimetrias em padrões de desenvolvimento dentro da própria região, numa fragmentação espacial que reforça as chamadas “ilhas de prosperidade” regionais, médios e grandes centros urbanos regionais que concentram grande parte da estrutura produtiva em detrimento de regiões de menores aglomerações populacionais. Há ainda que se ressaltar como o Nordeste sente os impactos do desmantelamento das políticas de caráter regional no Brasil, fruto da crise fiscal experimentada pelo Estado brasileiro pós anos 1980. Ademais, sua dinâmica econômica recente permanece atrelada às políticas de incentivos fiscais e atração de investimentos localizadas e que ainda não foram capazes de promover um desenvolvimento integrado e socialmente desejável na região que, mesmo insuficiente, tem sido interrompido pelo cenário recessivo de meados da segunda década dos anos 2000. Desta forma, no cenário de incerteza e crise, experimentado pela economia brasileira, os efeitos adversos da desestruturação de mercado de trabalho devem ser sentidos, de modo mais intenso, pelos grupos que já se encontram em condição de maior vulnerabilidade. Esses padrões tendem, portanto, a ter efeitos não negligenciáveis na dinâmica do mercado de trabalho regional, impondo o desafio de políticas públicas inclusivas, capazes de contribuir para a redução dos níveis de vulnerabilidade econômica e social de substancial parte da população, particularmente das parcelas que sofrem com as históricas formas discriminação dentro do mercado de trabalho, como mulheres, jovens e não brancos.

Assim, o trabalho oferece uma contribuição sobre a trajetória recente do mercado de trabalho juvenil, no contexto de incertezas e crise observado entre os anos de 2012 a 2017. Nesse

percurso, os dilemas da juventude são investigados sob o prisma do cenário recessivo que se generaliza pelo mercado de trabalho juvenil, identificando-se como ele aprofunda dificuldades intrínsecas desse grupo da população.

2 JUVENTUDE: BREVE REGISTRO DE UM CONCEITO

A busca de orientação na definição do grupo a ser classificado como juventude, neste trabalho, envolve algumas reflexões de ordem metodológicas e conceitual. Pelo enfoque das Nações Unidas, que define juventude pela idade do indivíduo, jovem é a pessoa que se encontra na faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos. Nesse sentido, ao se considerar o grande número de estudos presentes na literatura especializada que contempla tal caracterização¹, o estudo da juventude, proposto neste trabalho, pretende estender e adaptar tal conceito ao contexto brasileiro, o qual só permite a contratação formal de indivíduos a partir de seus 18 anos de idade. Assim, considerando o aparato legal brasileiro e visando a utilização de um conceito operacionalizável, serão considerados os indivíduos inseridos no grupo etário de 18 a 29 anos.

Para autores como Pochmann (2007), juventude pode ser conceituada como uma forma de vida que se estende por muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos, já que esta também não encontra relação com a definição de preparação para a vida adulta. Além disso, ainda para Pochmann (2004), como o perfil demográfico nacional tem evoluído no que diz respeito à sensível elevação da expectativa de vida da população, também a ideia de transitoriedade que marca a vida juvenil merece ser reconsiderada:

Atualmente, quando a expectativa média de vida se encontra ao redor dos 70 anos, aproximando-se rapidamente dos 100 anos de idade para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que está em curso um alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade (POCHMANN, 2004, p. 11).

É importante notar, portanto, que não há uma definição clara ou padrão acerca do conceito de juventude, sendo a mesma heterogênea e possuidora de um conjunto de singularidades. Ter presente essa complexidade, no entanto, é fundamental para evitar equívocos no uso desse conceito, principalmente, quando se trata da formulação e da implantação de políticas públicas dirigidas a esse segmento da população. O contexto econômico, social, histórico e cultural é outro fator que afeta uma possível caracterização.

¹ Para uma caracterização mais precisa sobre a estrutura de precarização da juventude no mercado de trabalho, consultar COELHO; AQUINO (2010) e ANDRADE (2008).



A análise do mercado de trabalho nesse ensaio tem por base os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, na sua versão contínua (PNAD-contínua). Os microdados são referentes aos primeiros trimestres dos anos de 2012, 2015 e 2017, fornecendo, assim, um registro atual das características socioeconômicas da juventude e dos seus dilemas no Nordeste brasileiro. A PNAD-contínua é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a amostra foi expandida tendo como fator de expansão o peso amostral relativo à pesquisa para pessoas, fornecido pela PNAD contínua.

3 OS JOVENS E SEUS DILEMAS NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção no mercado de trabalho representa sempre um desafio não apenas para a juventude, mas também para outros grupos etários mais amadurecidos. Todavia, dado a menor carga de experiência, a menor qualificação profissional e propensão a ocupar atividades consideradas de menor especialidade, a juventude se depara com obstáculos mais significantes no enfrentamento de dilemas associados à iniciação de qualidade no mercado de trabalho, seja em economias desenvolvidas ou em desenvolvimento.

A entrada precoce no mercado de trabalho é uma realidade constante da juventude brasileira, muito embora se verifique recentemente alterações nessa tendência, conforme Andrade (2008), cujos dados mostrados mais à frente ajudam a corroborar. Os anos 2000, principalmente, são marcados pela acentuação e consolidação de processos de mudanças dentro do mundo juvenil, que envolvem um maior tempo da permanência na escola, em grande parte em caráter de exclusividade e o tempo dedicado à educação, de forma geral. Contribuem também para esse processo a afirmação de programas sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e mudanças mais estruturais, como o desenvolvimento das redes e possibilidade de acesso ao ensino superior, com o aumento no número de instituições e/ou de vagas em âmbito federal, estadual e privado, além do suporte financeiro, através de programas de financiamento ou subsídios à educação superior, que permitem aos jovens a continuidade dos seus ciclos de estudos e uma maior qualificação profissional. Esses fatores corroboram para retardar sua entrada no mercado de trabalho.

Todavia, a segunda década dos anos 2000 é marcada por ajustes do mercado de trabalho em resposta à conjuntura econômica e política do país. De um lado, o revés da trajetória de crescimento que caracterizou parte da primeira década dos anos 2000, de outro, a estagnação persistente ao longo da segunda década, reflexo do esgotamento do modelo de crescimento recente baseado no aquecimento do consumo e sustentado pela elevação no preço das *commodities* no mercado

internacional, que se refletiu, especialmente, no aumento do desemprego e da informalidade (IPEA, 2013).

Sobre o quadro político, as instabilidades do cenário que levou à saída da presidente Dilma Rousseff e a tensões do processo eleitoral de 2018, refletiram-se sobre o mercado de trabalho, sobretudo, pela dissolução de mecanismo de respostas e ações que pudessem mitigar os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho (DE ALMEIDA; DA SILVA LIMA 2016).

Não obstante a consolidação desses novos fenômenos, a inserção precoce dos jovens nas atividades laborais pode representar em muitos casos a única possibilidade de afirmação social e familiar. As próprias mudanças observadas na organização da produção e do trabalho são acompanhadas pelo aumento das tensões entre trabalho e vida familiar, o que pode ter reflexos indesejados no desenvolvimento pessoal e social desses jovens, como apontado pela Organização Internacional do Trabalho (2009). No caso da iniciação profissional precoce, o conflito e a dificuldade de conciliação das novas atividades com a formação educacional, quase sempre inibem o processo de qualificação profissional, interferindo diretamente no macroprocesso de desenvolvimento educacional e cultural desses jovens, comprometendo inclusive sua inserção social. Essa dinâmica contribui para ampliar os mecanismos que alimentam a pobreza em regiões onde a vulnerabilidade social já se faz presente de modo ativo, pois contribui para manutenção de elos entre os processos da dinâmica social que sustentam as cadeias de pobreza e vulnerabilidade, conforme ressalta, ainda, a Organização Internacional do Trabalho (2010, p. 10):

um jovem que inicia sua trajetória laboral prematuramente, é quase certo que não conclui uma educação suficiente e, portanto, estará fadado a trabalhar em troca de uma baixa remuneração, em situação de desvantagem para prosperar e para dar a seus filhos melhores oportunidades do que as que teve.

Se o adiamento da entrada no mercado de trabalho estiver associado à permanência na escola e não à falta de oportunidades geradas por ambos, estaria se constituindo o que o Costa (2010, p. 27) caracteriza por “moratória social”, fenômeno que corresponde a

um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e possibilita-lhe um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil.



No entanto, esse processo deve ser melhor revisitado pela sociologia e antropologia brasileiras e analisado com cautela, já que evidências, muitas das quais serão abordadas nesse ensaio, mostram um aumento no número de jovens que não dedicam seu tempo e esforço nem ao mercado de trabalho, nem às atividades educacionais, sinalizando que outros fenômenos sociais, ainda não completamente esclarecidos, estão a atuar nas decisões de que caminho os jovens brasileiros estão a escolher. Adicionalmente, Costa (2010, p. 30) ainda chama atenção para o fato de que:

os jovens menos preparados/escolarizados, leia-se os mais pobres, certamente enfrentarão dificuldades de inserção no mercado de trabalho ainda maiores, o que contribuirá para a manutenção da pobreza, violência, a presença juvenil em atividades ilegais e demais sequelas, o que ratifica a necessidade de políticas públicas cada vez mais eficazes e eficientes focadas nesse segmento.

Além das exigências em termos de formação educacional, o acúmulo de experiências profissionais e pessoais também representa uma importante demanda dos empregadores nas ofertas de trabalho, isso em virtude da necessidade de redução de investimentos em qualificação e treinamento de mão de obra. Esse componente se constitui, portanto, numa barreira à entrada dos jovens no mercado de trabalho e, também, um grave paradoxo, na medida em que o mercado, para efetivar a contratação de um profissional, demanda certo acúmulo de experiência na vaga ofertada e o jovem, como na maioria dos casos está buscando o primeiro emprego, tende a “nunca” estar apto à obtenção de uma vaga. Desta forma, “nunca” acumula a experiência necessária (SANTOS; SANTOS, 2011).

Estratégias com o propósito de viabilizar a integração social e econômica dos jovens são pensadas e implementadas em diversos países como forma de evitar a supressão e frustração do futuro desempenho socioeconômico desse grupo da população, marcado por fragilidades e incertezas que, quando crônicas, comprometem a sustentação da ordem social. Para o segmento juventude, especialmente no contexto brasileiro, as estratégias de políticas públicas enfrentam ainda o desafio das heterogeneidades que marcam o interior do segmento juvenil em aspectos como: escolaridade, renda familiar, acesso a um trabalho de qualidade, nível salarial, tempo de busca por trabalho, acesso à qualificação, dentre outros (COSTA, 2010).

4 INDICADORES CONJUNTURAIS DO TRABALHO JUVENIL

Os dados da tabela 1 apresentam indicadores estruturais do mercado de trabalho geral e da juventude para região Nordeste do Brasil (considerando o recorte feito nessa pesquisa, com pessoas entre 18 e 29 anos de idade). Aponta-se, inicialmente, ao se analisar a síntese desses dados, que, de forma geral, a condição do jovem no mercado de trabalho do Nordeste costuma ter relativamente maior vulnerabilidade e precarização que os demais trabalhadores de outros grupos etários, analisados em seu conjunto. Esta vulnerabilidade se revela, especialmente, em uma maior taxa de desemprego, além de outras condições de precarização como piores rendimentos provenientes do trabalho, como se demonstra mais à frente.

Tabela 1: Nordeste – Indicadores selecionados do Mercado de Trabalho Geral e Juvenil

Dimensão do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral			Mercado de Trabalho Juvenil		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Idade Ativa	46.487,327	47.989,145	49.110,753	11.067,588	10.820,838	10.635,915
Economicamente ativa	23.057,388	24.222,665	24.137,315	7.411,705	7.232,637	6.911,462
Economicamente inativa	14.816,724	15.563,990	16.986,160	3.655,883	3.588,201	3.724,452
População Ocupada	20.937,634	22.020,070	20.368,762	6.199,610	6.032,378	5.034,290
População Desocupada	2.119,754	2.202,595	3.768,553	1.212,095	1.200,259	1.877,172
Dimensão do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral %			Mercado de Trabalho Juvenil %		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Taxa de Participação	49,6	50,5	49,1	67,0	66,8	65,0
Taxa de Ocupação	90,8	90,9	84,4	83,6	83,4	72,8
Taxa de Desemprego	9,2	9,1	15,6	16,4	16,6	27,2

Fonte: IBGE/PNAD-contínua

Uma análise mais criteriosa do mercado de trabalho requer um exame das condições conjunturais de oferta e demanda de mão de obra nesse mercado e, isso, pode fornecer subsídios para o entendimento de dilemas que permeiam o emprego juvenil nesse mercado. Nesse sentido, a redução absoluta ocorrida entre 2012 e 2017 na participação dos jovens (menos 500.243 jovens na população economicamente ativa e menos 431.673 na população em idade ativa, nas comparações semestrais de cada ano) indica um processo de reestruturação da oferta de trabalho juvenil, explicado tanto pela dinâmica natural das populações, já que em um determinado estágio se costuma verificar uma tendência a reduzir o número de pessoas jovens na população, mas também por mecanismos que atuam no próprio mercado de trabalho e na configuração do tecido social.

Assim, as características do mercado de trabalho, marcado por uma maior precarização em relação aos jovens, acaba atuando no sentido de restringir a “atratividade” que o mercado de trabalho exerce sobre os jovens, consequência da maior seletividade, de piores condições de



trabalho e remuneração, em relação a outros grupos etários e, também do próprio desejo dos jovens em buscar melhores condições de qualificação, que retarda sua entrada no mundo do trabalho e induz a saída daqueles que já fazem parte do mesmo, para ampliar suas bases de qualificação, a fim de garantir reinserção posteriormente em melhores condições. Desta forma, segundo Braga (2011, p. 51), “a taxa de participação dos jovens é influenciada pela dinâmica demográfica, associada à união de fatores econômicos, sociais e culturais da localidade”.

Ainda segundo a autora, a maior ou menor disponibilidade da força de trabalho dos adolescentes está condicionada, em grande medida, à decisão familiar diante de fatores como pobreza ou impossibilidade de acesso ao sistema educacional ou ineficiência do mesmo. Logo, a suavização desses fatores, sentida nas últimas décadas, implica uma reacomodação da estrutura etária da oferta de trabalho, no sentido de tornar mais escasso o trabalho juvenil, com a redução sucessiva de sua participação na população ativa, como reproduzido na realidade nordestina nos anos de 2012 e 2017 e captados pelos dados da tabela 1.

Sobre o desenho do trabalho juvenil em termos relativos, a taxa de participação, um indicativo da dimensão do mercado de trabalho ou, se preferir, da oferta de trabalho, em geral, reduz-se para ambos os grupos analisados ao longo dessa série, porém, de forma mais intensa e constante para os jovens, o que corrobora a percepção de que os jovens constituem um grupo mais vulnerável a ajustes estruturais ou a rebatimentos conjunturais do mercado de trabalho.

Em período mais recente, destaca-se, em particular, o ajuste nas condições de emprego pós-crise econômica de 2008 e as consequentes acomodações nos anos que se seguem, como aumento do desemprego, da informalidade e estagnação dos rendimentos do trabalho, somados aos desdobramentos da crise política e econômica que o Brasil enfrenta na segunda década dos anos 2000 e seus consequentes efeitos sociais sobre a configuração do mercado de trabalho. Com isso, as crises econômicas recentes têm efeitos ampliados sobre o mercado de trabalho juvenil, dada sua menor capacidade de defesa em relação a estas crises.

Por outro lado, a taxa de ocupação, que pode ser usada para indicar o desempenho da demanda por trabalho, no caso dos jovens, é menor do que a do mercado de trabalho geral, o que indica haver uma preferência relativa por mão de obra de outros grupos etários. A taxa de ocupação fornece, assim, avaliações importantes sobre os caminhos trilhados pelos jovens no mercado de trabalho. A análise dos seus componentes, em termos absolutos, mostra, considerando as comparações semestrais entre os anos de 2012 e 2017, que cerca de 1.165.320 jovens deixaram de compor o total de população ocupada na região Nordeste, um processo contínuo entre os anos estudados. Nesse sentido, a variação da taxa de ocupação juvenil, seja relativa ou absoluta, e o

processo de saída dos jovens do mercado de trabalho, estão de algum modo conectados e são explicados em grande parte por fenômenos próprios desse mercado. Atente-se que a redução na população em idade ativa é menor que a redução da população de jovens economicamente ativos e ocupados, o que nos leva a inferir que a dinâmica natural das populações, embora ainda mantenha uma influência sobre esse processo, explicaria apenas uma pequena parte da performance da taxa de participação, deixando dinâmicas, no próprio mercado de trabalho, como forças indutoras desse processo, além de mudanças nas configurações sociais e postura dos próprios jovens em relação a seus objetivos mais prioritários. No caso da variação da taxa de ocupação, soma-se o aprofundamento do desemprego juvenil, fenômeno que será abordado posteriormente.

Esses elementos corroboram com a ideia de que no processo de recrutamento e seletividade da mão de obra, muitos indivíduos na condição juvenil acabam sendo excluídos, restando-lhes o desemprego e possibilidades mais precárias de iniciação na vida profissional ou simplesmente deixar de participar do mercado de trabalho e buscar realizações em outros aspectos da sociabilidade juvenil.

Análises do Centro Ruth Cardoso (2011, p. 2) vão afirmar que “a oferta de educação profissional aos jovens não tem levado em conta a demanda real ou potencial da estrutura produtiva, avaliada tanto do ponto de vista qualitativo (quais são as qualificações efetivamente demandadas) quanto quantitativo”. Assim, fenômenos como esse seriam responsáveis por diminuir o interesse em demandar trabalho juvenil por aqueles que têm a decisão de contratar, e a recíproca seria verdadeira, já que os jovens, ao não verem suas aspirações sendo concretizadas ou contempladas pelo mercado de trabalho, permanecem mais tempo se dedicando a sua qualificação com vista a melhorar essa condição. Já outros não veem essas aspirações serem contempladas nem mesmo pelos sistemas de educação e acabam abandonando ambos.

Há que se notar, nesse sentido, que as flutuações recentes na estrutura de produção, marcada por uma estagnação sistêmica e, portanto, na estrutura de demanda por mão de obra, passam a condicionar as modificações na oferta e demanda de trabalho. Esse processo sugere que são os interesses do capital que prevalecem sobre as condições de acessibilidade dos jovens na vida profissional de forma digna e que determinam as condições e os ciclos de qualificação e educação, que por vez, em alguns casos, são interrompidos pelas forças do mercado. Tal conjunto de determinantes tem resultado em precarização do trabalhador juvenil, como será ainda destacado, ou, em última instância, estão ligados ao processo de frustração dos jovens com o mercado de trabalho, já que lhes são exigidas habilidades e capacitações das quais os trabalhadores juvenis não podem fornecer em seus ciclos iniciais de inserção e que o sistema de educação, falho, não dispõe.



Adicionalmente, no caso da região Nordeste, a existência de um “reservatório” de mão de obra semiqualficada e subocupada, além das pressões por inovações tecnológicas, permite a manutenção de fortes exigências no recrutamento de indivíduos junto ao mercado de trabalho. Dessa forma, os jovens que não detêm as habilidades consideradas importantes para o mercado tendem a ficar subocupados em postos precários, ou a se manterem fora deste, ampliando seu aprendizado, para pressioná-lo, num segundo momento, onde suas chances de acesso são maiores e suas condições de entrada sejam melhores.

Outro notável dilema da juventude é o desemprego. Observa-se que a taxa de desemprego entre os jovens é expressivamente superior à registrada nos outros segmentos da população, em qualquer dos anos analisados, sendo essa diferença mais intensa no ano de 2017 (27,2% para os jovens e 15,6% para o mercado geral), conforme os dados da Pnad-contínua para os anos selecionados pela pesquisa. Além disso, apesar de os jovens representarem 28,6% da população economicamente ativa, quando o assunto é o desemprego, as pessoas desse grupo representam cerca 49,8% da massa de desempregados na região Nordeste, em 2017.

Esses dados indicam a permanência de um profundo “hiato de desemprego” entre jovens e não jovens no Nordeste, que também se repete para o caso nacional. Em 2017, a participação de jovens no total da população ocupada era de apenas 24,7%, com uma tendência de queda ao longo do recorte temporal proposto, enquanto que os não jovens ocupavam uma parcela bem mais expressiva, de 75,3%.

A tabela 2 apresenta os números de ocupados segundo cada categoria e sua trajetória nos anos 2012, 2015 e 2017, tanto para o mercado de trabalho geral quanto juvenil. A análise dos dados mostra a pequena diminuição, de 69,1% para 68,4%, na taxa de assalariamento da força juvenil de trabalho, sendo essa taxa superior ao mercado de trabalho geral. Verifica-se, também, a redução de 19,2% no emprego com carteira assinada no mercado de trabalho juvenil, além de uma redução de 18,8% da população juvenil ocupada.

Tabela 2: Nordeste – Número de Trabalhadores por categoria ocupacional

Dados do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral			Mercado de Trabalho Juvenil		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Trabalho assalariado	11.717,078	12.439,929	11.398,762	4.282,456	4.198,747	3.451,106
Com carteira assinada	5.467,292	6.168,677	5.420,614	2.174,078	2.271,888	1.756,087
Sem carteira assinada	3.260,310	3.214,856	3.126,092	1.530,793	1.418,841	1.302,212
Setor público com carteira	297,546	289,197	227,242	55,181	47,918	35,004
Setor público sem carteira	766,178	805,949	671,053	269,779	267,183	188,240
Militar e estatutário	1.925,752	1.961,249	1.953,760	252,625	192,917	169,563
Trabalho doméstico	1.385,952	1.50,912	1.377,318	383,079	331,160	276,206
Com carteira assinada	260,235	294,097	285,061	48,732	45,403	37,909
Sem carteira assinada	1.125,717	1.156,814	1.092,258	334,348	285,757	238,297

Empregador	655,722	675,611	759,920	64,681	75,064	63,123
Conta-própria	6.448,135	6.632,283	6.233,556	1.152,142	1.135,998	1.007,342
Trabalhador familiar auxiliar	730,747	821,337	599,206	317,252	291,409	236,514
Total	20.937,634	22.020,070	20.368,762	6.199,610	6.032,378	5.034,290

Fonte: IBGE/PNAD - Contínua.

Resultados como os apresentados sintetizam muitas das relações até aqui apresentadas. A dinâmica populacional tem um efeito apenas parcial na redução do emprego total juvenil, já que a redução da população jovem no Nordeste corresponde a somente 3,9% nos anos estudados, mas a redução da população juvenil ocupada é bem superior a isso, conforme tabela 2. Assim, os resultados do trabalho juvenil estão circunscritos na dinâmica do mercado de trabalho e seguem uma tendência de deterioração, aprofundada pela reversão na dinâmica do nível de atividades sentida pelo país nesse período. O processo recessivo se faz sentir em todas as categorias do emprego juvenil, sendo especialmente intensa entre os jovens empregados no setor público, uma categoria que acumulou uma redução de 31,3% (somando-se empregos públicos com carteira e sem carteira assinada). Isso reflete diretamente os efeitos da crise fiscal generalizada do setor público brasileiro, caracterizada em meados dessa década.

Nota-se ainda, que muito embora, no ano de 2017, cerca de 68,6% do mercado de trabalho de jovens ser assalariado, 43,2% das relações assalariadas eram informais e, verifica-se, ainda, interrupção da tendência de queda da informalidade sentidas nos últimos anos. Logo, um patamar considerável dos jovens é ocupante de postos de trabalho com vínculos precários, baixos rendimentos e menor produtividade, características já conhecidas do mercado de trabalho informal brasileiro e nordestino. O setor informal caracteriza-se, principalmente, pela inexistência de registro em carteira e de garantias ao trabalhador que nele atua. Desse modo, a presença dos jovens nesse segmento do mercado de trabalho evidencia indícios de uma forte vulnerabilidade econômica e social.

De forma geral, considerando o nível de ocupação (variação da população ocupada) do mercado de trabalho, o período em análise mostra o mercado como um todo com uma performance negativa, refletindo os ajustes sentidos no período, com uma redução de 2,72%, e o emprego juvenil com uma performance ainda mais preocupante, sentindo mais pesadamente os efeitos desses ajustes, ao apresentar uma taxa de crescimento negativa bem superior entre 2012 e 2017 (-18,8%).

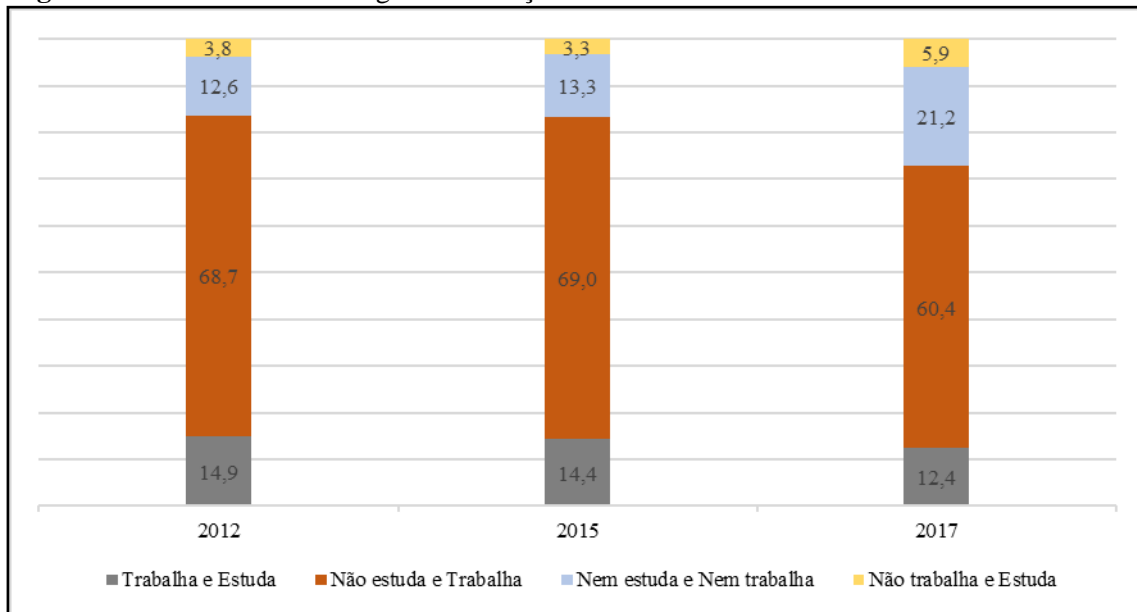
A saída dos jovens do mercado de trabalho parece ser um fenômeno consolidado. Pontua-se, nesse processo, que tal saída se dá nos mercados em que as condições são mais precárias. As evidências apontam para um caminho nesse sentido, pois são notadas reduções expressivas no número de jovens em postos de empregado por conta própria (-144.800 pessoas), no trabalho



doméstico (-106.873 pessoas, principalmente no trabalho doméstico sem carteira) e no trabalho assalariado sem carteira assinada (-228.581 pessoas), segmentos do mercado de trabalho que costumam estar associados a um maior nível de precarização. Além desse processo, que sintetiza a dinâmica mais natural de saída dos jovens do mercado de trabalho, fenômeno de natureza mais conjuntural, como as crises econômicas e políticas de ajuste que o país enfrentou nesse período, intensificam e aceleram esse processo e provocam reduções também nos setores do mercado de trabalho mais atingidos pela crise, como nesse caso, o setor público, onde o emprego juvenil se reduz fortemente.

Desse modo, as mudanças nas demandas dos jovens ocorreram simultaneamente ao processo de desestruturação do mercado de trabalho, conforme evidenciado anteriormente. O resultado dessa combinação envolve indício de precarização das relações de trabalho juvenis de modo ainda mais intenso, o que potencializa os dilemas enfrentados pela juventude. O cenário econômico mais favorável no início dos 2000 não promove alterações estruturais nas condições que os jovens se deparam na busca de oportunidades no quadro laboral, seja em escala nacional ou regional e à medida que o cenário de desestruturação do mercado de trabalho se generaliza na década seguinte, é exatamente o trabalho juvenil o mais atingido por seus efeitos.

A figura 1 relaciona os jovens segundo situação de atividade e estudo. A proporção de jovens que trabalham e estudam diminuiu de 14,9% para 12,4%, ao passo que em contrapartida, aumentou o número de jovens ociosos que não estudam nem trabalham. Essa categoria já representa a segunda maior participação no total da juventude no Nordeste e sinaliza o elevado grau de ociosidade da mão de obra juvenil que, em parte, é explicada pela seletividade do mercado de trabalho e por deficiências no sistema educacional, ao impedir que os jovens que concluem seus ciclos regulares de estudos ingressem no mercado laboral e/ou continuem seus estudos nos ciclos superiores. Além disso, essa categoria teve um aumento significativo devido às crises recentes, demonstrando que os desajustes sazonais aprofundam a condição de ociosidade da população juvenil. Adicionalmente, a precariedade e/ou ineficiência de políticas públicas que preparem o jovem para o primeiro emprego ajudam a perpetuar essa estrutura.

Figura 1: Nordeste - Jovens segundo condição de atividade e estudo.

Fonte: PNAD-contínua/IBGE, 2012; 2015; 2017

Em relação aqueles que só trabalham e não estudam, houve uma forte redução (de 68,7%, em 2012, para 60,4%, em 2017), associada à reestruturação do mercado de trabalho diante da recessão, sendo que essa categoria representa a maior parte do total de jovens na região Nordeste. No caso dos jovens que apenas estudam, a participação é bastante pequena, demonstrando que a partir dos 18 anos de idade as pressões para que os jovens entrem no mercado de trabalho se intensificam e que as possibilidades de continuar os estudos em ciclos superiores ainda são limitadas entre os jovens do Nordeste a partir dessa idade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os principais indicadores levantados neste trabalho ressaltam o caráter precário da condição juvenil no mercado de trabalho. Nota-se, também, o aumento da seletividade no recrutamento de mão de obra, que impõe aos jovens do Nordeste condições precárias de ocupação maiores que em outras regiões do país. Desse modo, e dadas as dinâmicas naturais da população e a reestruturação do mercado de trabalho na região, assiste-se a um processo de perda de participação da juventude no mercado de trabalho, que vem se acentuando nos últimos anos, tornando as expectativas em relação aos jovens ainda mais incertas.

A pesquisa aponta, também, que tradicionais dilemas da juventude, como o desemprego, ainda são bem presentes e foram pesadamente agravados pelos ajustes sentidos recentemente, como



a reversão da tendência de crescimento, sendo os jovens nordestinos a ampla maioria da massa de desempregados na região. Ainda é possível acrescentar que essas dificuldades são enfrentadas de modo diferente entre a juventude. Os jovens mais pobres, devido às condições ainda mais precárias a que estão submetidos, reagem ao dilema emprego-escola, por conseguinte, de maneira bem mais traumática que aqueles de melhor condição financeira, como demonstrado em trabalhos como de Braga (2011). Dessa truculência a que os jovens são expostos nessa fase da vida decorrem problemas como violência, drogas e tantas outras sequelas sociais que marcam e estereotipam a juventude contemporânea.

Sobre os jovens e sua entrada no mercado trabalho, ressalta-se que além de velhos dilemas da juventude, como a necessidade de complementar a renda familiar, novas forças impulsionadoras parecem estar ganhando peso no condicionamento das decisões da juventude, como a satisfação de necessidades de consumo, a busca de construção da própria identidade e, sobretudo, a busca pela afirmação de sua autonomia. Muitas das aspirações e desejos, uma parte da juventude não vê possibilidade de serem contemplados pela inserção precoce, e provavelmente precária, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, essa mesma parte muitas vezes desiste por vislumbrar limitadamente que suas aspirações possam ser contempladas, ou que consigam acessar a oferta do sistema de educação, principalmente em ciclos superiores, e, assim, não participam de nenhum dos dois pilares de construção da dignidade pessoal, o trabalho e a educação. Fenômeno, que como demonstrado aqui, é potencializado pelos ajustes sazonais do mercado de trabalho em tempos de crise, estando a juventude circunscrita aos círculos mais afetados pelos ciclos negativos desse mercado.

Essas implicações demonstram a centralidade dessa temática para as questões ligadas às políticas sociais e econômicas do país através de duas importantes constatações: i) o grande número de jovens desocupados e ii) um igualmente grande número de jovens que trabalham, mas, em geral, em condições precárias e informais. Isso mostra que as ações políticas que visam ao melhoramento do acesso da juventude no mundo do trabalho, adotadas nos últimos anos, estão sendo insuficientes ou ineficientes ao promover seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo. **Mercado de trabalho, IPEA**, 37, p. 25-32, novembro de 2008.

BRAGA, T. Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: Uma década de desigualdades entre os grupos etários. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 2, p. 43-62, 2011.

CENTRO RUTH CARDOSO. **Juventude e mercado de trabalho: realidade e perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: Centro Ruth Cardoso, 2011.



COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. DE. Inserção Laboral, Juventude e Precarização. **Psicologia Política**, 2010.

COSTA, M. de O. **Educação e trabalho juvenil em um contexto de crescimento econômico: a realidade do Ceará**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

DE ALMEIDA, Adjovanes Thadeu S.; DA SILVA LIMA, Vitória TL. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da reeleição ao processo de impeachment. **Revista Encontros**, v. 14, n. 26, p. 102-113, 2016.

GONZAGA, L. L. Os jovens e seus desafios no mercado de trabalho. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 1, p. 63-74, 2011.

IPEA. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise. **Report**, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com responsabilidade social**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/trabalho_e_familia_275.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho decente e juventude na América Latina. Avanços e propostas**. Lima: [s.n.]. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_235577.pdf>.

POCHMANN, M. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SANTOS, C. E. R.; SANTOS, M. S. Os jovens e o mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 1, p. 25-42, 2011.

Recebido em 22 de Fevereiro de 2018

Aprovado em 25 de Setembro de 2019

